



**EITI**

**São Tomé e  
Príncipe**

**Relatório Anual  
de Progresso**

**2016**

**EITI-STP**

**Comité Nacional**



São Tomé  
30 de novembro de 2017

**Índice:**

<b>2. Mensagem do Secretário Permanente de EITI</b>	4
<b>3. Avaliação do desempenho em relação às metas e atividades definidas no plano de trabalho</b>	5
3.1. Avaliação geral do desempenho do ano	
3.2. Avaliação do desempenho em relação às metas e atividades definidas no plano de trabalho 2016	
<b>4. Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da EITI</b>	9
<b>5. Visão geral das respostas do MSG às recomendações da reconciliação 2014 e Validação Piloto 2015</b>	13
<b>6. Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da EITI</b>	16
6.1. Pontos fortes	
6.2. Pontos fracos	
<b>7. Custo total da implementação</b>	17
7.1. Governo de São Tomé e Príncipe	
7.2. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	
7.3. Governo de Timor Leste	
<b>8. Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período</b>	18

São Tomé e Príncipe cumpriu uma importante etapa da sua adesão a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas. Obtivemos a classificação de país com progresso significativo de acordo com os requisitos do Standard de 2016.

O processo de validação, iniciado a 1 de julho de 2016, culminou com tal decisão do Conselho de Administração de EITI na 36ª Reunião do Conselho de Administração de EITI em Bogotá, Colômbia, em Março de 2017.

Esta classificação, de grande significado para o percurso do país enquanto país implementador de EITI, acarreta também responsabilidades, claramente expressas nas recomendações e ações corretivas dirigidas pelo Conselho ao Comité Nacional.

Melhoramento da governança do próprio comité, de acordo com o requisito 1.4.; alocação e registo de licenças, requisitos 2.2. e 2.3. respetivamente; pagamentos subnacionais diretos, do requisito 4.6.; qualidade dos dados, do requisito 4.9; seguimento das recomendações e impacto da implementação, de acordo com os requisitos 7.3 e 7.4 respetivamente, estão entre as principais mediadas necessárias ao melhor desempenho de São Tomé e Príncipe enquanto país implementador de EITI.

Estas medidas, inscritas no Plano de Trabalho de 2017, terão continuidade nos próximos planos a serem aprovados pelo Comité Nacional. Sobre a governança do Comité Nacional, já foram por este aprovados os novos Termos de Referência que regerão o funcionamento deste órgão da Iniciativa de forte pendor para a qualidade de representação dos membros e engajamento das instituições parte do Comité Nacional.

2016 foi também um ano de reforço do compromisso do país com os princípios de EITI. Foi publicado o roteiro para divulgação de beneficiários reais das empresas e foi elaborada a política de dados abertos, duas ações cruciais para uma melhor implementação e cumprimento do Standard de EITI de 2016.

O *mainstreaming* marcou o debate no seio do Comité Nacional ao longo de 2016. A rentabilização dos recursos materiais e humanos à disposição de EITI STP tem definitivamente lugar na agenda de implementação.

A consciência da imprevisibilidade do início de produção petrolífera, não obstante os importantes desenvolvimentos registados na zona económica exclusiva de São Tomé e Príncipe marcado por interesse de empresas como a Kosmos Energy, Galp Energia, British Petroleum ou Total, aconselha mais e melhores parcerias e envolvimento de entidades nacionais na criação de premissas de inclusão das normas de EITI no ordenamento jurídico nacional. Tal estágio de evolução aportará sinergias necessárias a criação de uma plataforma comum de divulgação de informações e, conseqüentemente, uma melhor e mais eficaz transparência.



**José Cardoso**

*Secretário Permanente de EITI STP*

*Membro suplente do Conselho de Administração de EITI*

**1. Avaliação geral do desempenho do ano:**

O Comité Nacional de EITI definiu como objetivo geral para 2016 a promoção da imagem de São Tomé e Príncipe no que concerne a transparência do sector petrolífero proporcionando um melhor ambiente de negócios com vista a atração de investimentos.

Entre os objetivos específicos, destaque para o reforço da monitorização e fiscalização dos projetos sociais, sempre presente na agenda da EITI STP nas suas ações ao longo de 2016. A preocupação do Comité Nacional se prendeu com a realização deficiente de alguns projetos no passado devido a ineficácia de intervenção de algumas entidades responsáveis pela fiscalização dos projetos sociais. O Comité iniciou contatos com as partes interessadas, a nível do governo, das empresas e da sociedade civil para a criação de uma entidade fiscalizadora dos projetos sociais decorrentes dos contratos entre o governo e as empresas em que estejam representados também os beneficiários dos referidos projetos.

O reforço da cooperação entre todas as entidades envolvidas no processo de recolha de informação sobre a indústria petrolífera no país foi outro dos objetivos para 2016. Esta medida visou promover facilidade e eficácia na publicação das informações.

Uma nova dinâmica na relação com a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto Nigéria-São Tomé e Príncipe foi igualmente definido com objetivo em 2016. Para o efeito, o estreitamento das relações com a EITI Nigéria se impôs como meio de se atingir tal desiderato. A pouca visibilidade das atividades na Zona de Desenvolvimento Conjunto Nigéria-São Tomé e Príncipe constituiu preocupação do Comité Nacional e não se registaram avanços importantes durante todo o ano de 2016.

O estabelecimento de um diálogo regular com a Agência Nacional do Petróleo, para além do seu papel de membro do Comité Nacional, foi um dos objetivos específicos do plano de trabalho. Neste aspeto, o Comité Nacional de EITI assumiu o compromisso de colaborar com a ANP nas suas iniciativas de reforço do quadro legal e institucional do sector petrolífero em São Tomé e Príncipe.

Não menos importante dos objetivos específicos foi o reforço de capacidades e funcionamento sustentável do Secretariado Permanente de EITI e uma melhor governança do Comité Nacional. Neste capítulo, foram amplamente discutidos os pressupostos de renovação e alargamento do Comité Nacional e elaborados os respetivos termos de referência. Infelizmente, não se apresentou sustentável o modelo de contratação dos recursos humanos para o secretariado por falta de garantias de financiamento.

Outro objetivo planeado para 2016 foi o alargamento do perímetro de EITI para o setor da pescas, enquanto forma de aproveitamento da experiência para promoção de transparência em mais um importante setor da economia do país. O Comité Nacional solicitou a realização de um estudo preliminar que permitiu posterior solicitação de São Tomé e Príncipe a FiTI (Iniciativa para Transparência nas Pescas), neste momento em curso.

2016 foi o ano de início de discussão e de elaboração pelo Comité Nacional de dois importantes documentos: a política de dados abertos e o roteiro de divulgação dos beneficiários reais. Estes documentos foram desenvolvidos pelo Secretariado Permanente em estreita colaboração com o Secretariado Internacional e apresentados ao Comité Nacional.

Foi considerado concluído e aprovado o Roteiro para Publicação dos Beneficiários Reais e publicado em janeiro de 2017 conforme as normas de EITI, através do qual São Tomé e Príncipe se obriga a divulgar nos próximos relatórios de EITI os beneficiários reais ou acionistas finais das empresas que operarem na indústria extrativa assumindo um engajamento inequívoco com esta prática a partir de 2020.

No roteiro ficaram estabelecidos os pressupostos para a definição de Pessoas Politicamente Expostas - PPE, e lançadas as bases para discussão com demais entidades nacionais a inclusão do conceito no ordenamento jurídico nacional.

No que concerne a Política de Dados Abertos, o documento elaborado pelo Secretariado e apresentado ao Comité Nacional constitui a base necessária ao debate sobre o *meanstreaming* como o futuro da implementação da EITI.

Finalmente, a reformulação do Comité Nacional de EITI e definição de uma nova abordagem do seu funcionamento teve grande eco nas discussões levadas a cabo pelo Comité Nacional.

## 2. Avaliação do desempenho em relação às metas e atividades definidas no plano de trabalho 2016:

O ano de 2016 foi particularmente difícil tendo em conta os constrangimentos de ordem financeira, de capacitação e sustentabilidade dos recursos humanos do Secretariado Permanente e dos representantes do Comité Nacional. O grau de execução do Plano de Trabalho 2016 foi insuficiente, sendo necessário manter os esforços de mobilização de recursos financeiros e humanos.

O Comité Nacional propõe leitura da tabela abaixo como sua avaliação dos progressos alcançados na implementação do Plano de Trabalho de 2016 de acordo com os requisitos de EITI:

Objetivos	Progresso das atividades
<p>Reforço da capacidade de funcionamento do Comité Nacional e do Secretariado Permanente</p>	<p>O Comité Nacional no cumprimento deste objetivo realizou as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratou para o Secretariado Permanente 4 recursos humanos para os cargos de responsável por Política e Conformidade da EITI, responsável pelas Finanças e Comunicação da EITI-STP, Assistente(a) Executivo(a) e um motorista logístico por um período de 1 ano;</li> <li>• Iniciou o processo de reformulação do Comité Nacional com a revisão dos Termos de Referência;</li> </ul> <p>Entretanto, não tiveram lugar ações de formação para os profissionais do Secretariado Permanente e os membros do Comité Nacional, conforme preconizado, por constrangimentos de ordem financeira.</p>
<p>Realização de reuniões do Comité Nacional de acordo com o estatuído nos TdR's do grupo</p>	<p>Reuniões do Comité Nacional realizadas durante 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• XXI Reunião: 29 de abril;</li> <li>• XXII Reunião: 30 de junho;</li> <li>• XXIII Reunião: 2 de agosto;</li> <li>• XXIII Reunião: 16 de dezembro.</li> </ul> <p>Das 5 reuniões ordinárias previstas para o ano de 2016</p>

	foram realizadas 4 reuniões ordinárias, cujas decisões foram registadas em relatórios e submetidos ao Comité Nacional para revisão e aprovação. Todas as reuniões tiveram <i>quorum</i> e equilíbrio de representação entre o governo, empresas e sociedade civil.
Disseminação do 2º Relatório de EITI	O processo de disseminação do Relatório EITI de 2014 não foi, devido a já referido constrangimento financeiro, efetuado de forma habitual. O relatório foi publicado e disseminado mediante os seguintes suportes: website de EITI, website de EITI STP e e-mailing para os principais contactos da base de dados do Secretariado.
Validação de São Tomé e Príncipe	O processo de validação do país que teve início a 1 de julho de 2016 e término a 8 de março de 2017 com a classificação de progresso significativo, em 2016 envolveu atividades de recolha de dados pelo Secretariado Internacional que se traduziu nas seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Missão do Secretariado Internacional a São Tomé decorreu de 7 a 9 de Setembro de 2016, tendo havido vários encontros com os intervenientes do governo, sociedade civil e das empresas;</li> <li>• Análise e reação dos intervenientes de EITI-STP do “Relatório do Secretariado Internacional sobre a recolha de dados inicial e consulta às partes envolvidas”.</li> </ul>
Relatório Anual de Progresso 2015	O Comité Nacional avaliou os resultados e impactos da implementação da EITI-STP em 2015 através da produção e publicação do Relatório Anual de Progresso de 2015, atividade que contou com a participação ativa dos intervenientes da implementação da Iniciativa.
Cumprimento da Declaração de Abuja sobre a Transparência e a boa Governação na Zona de Desenvolvimento Conjunto Nigéria/São Tomé e Príncipe	O Comité Nacional prosseguiu com os esforços no sentido de assegurar a divulgação de todas as informações da ZDC conforme os requisitos da EITI, o regime de implementação adaptada (aceite pelo Conselho de Administração da EITI em março de 2016) e o Plano de Trabalho de 2016, a saber: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encetou diligências a fim de reativar o Subcomité Nigéria / STP cuja missão é de estabelecer contactos e produzir decisões que permitam recolha de informações e dados necessários para produção dos relatórios de ITIE na ZDC. Infelizmente, os seus esforços não surtiram efeito desejado;</li> <li>• Quanto a atividade relacionada com diligências para introdução da questão sobre o cumprimento da Declaração de Abuja na Agenda de trabalhos do Conselho Ministerial Conjunto da ZDC foram goradas pelo fato deste não se reunir há mais de 3 anos.</li> </ul>
Divulgação de	O Comité Nacional produziu e publicou o roteiro de

direitos de propriedade	implementação da divulgação dos beneficiários reais de todas as empresas extrativas que operem ou invistam no país de acordo com as Normas da EITI 2016.
Reuniões do Conselho de Administração de EITI	<p>Enquanto membro suplente do Conselho de Administração de EITI, representante de países implementadores de África anglófona e lusófona, o Secretário Permanente de EITI participou nas reuniões do Conselho de Administração de EITI, as quais tiveram lugar em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 33ª Reunião, Lima, Peru, 25 de fevereiro;</li> <li>• 34ª Reunião, Oslo, Noruega, 1 a 2 de junho;</li> <li>• 35ª Reunião, Astana, Cazaquistão, 25 a 26 de outubro</li> </ul> <p>Foram produzidos relatórios das referidas reuniões e submetidas ao Comité Nacional.</p>
Intercâmbio com países implementadores de EITI e com organizações promotoras da transparência	<p>Não se observaram, por dificuldades de financiamento, atividades de intercâmbio planeadas no Plano de Trabalho. No entanto, a EITI-STP teve oportunidade de estar presente nas seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4ª Conferência de Coordenadores Nacionais de Países Africanos Implementadores de EITI, 4 a 6 de maio, Kinshasa, República Democrática do Congo;</li> <li>• 5ª Conferência de Coordenadores Nacionais de Países Africanos Implementadores de EITI, 5,6 e 7 de outubro, Brazzaville, República do Congo;</li> <li>• Participação de uma delegação da EITI-STP, presidida pelo Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, na 7ª Conferência Global da EITI, de 23 a 25 de fevereiro de 2016. O balanço da participação de STP foi positiva no que toca a troca de experiências e conhecimentos sobre a implementação da EITI nos mais diversos contextos. Também constituiu uma grande oportunidade para o Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, em representação do governo e do Estado de São Tomé e Príncipe, reafirmar o comprometimento do País para com os princípios da EITI perante o Fórum dos <i>Stakeholders</i> da Iniciativa;</li> <li>• Participação de 2 elementos do Secretariado Permanente no <i>Workshop</i> EITI sobre os Beneficiários Reais África Lusófona e Anglófona, entre os dias 31 Outubro e 3 Novembro 2016. O evento foi extremamente gratificante e produtivo, sobretudo, para a elaboração do roteiro de implementação da divulgação de beneficiários reais das empresas extrativas que operam no país.</li> </ul>
Parcerias com instituições membros do Comité Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sequência da recomendação “Revisão da estratégia e enquadramento do sector petrolífero em São Tomé e Príncipe” do Relatório EITI de 2014, o governo de STP solicitou assistência técnica e financeira ao Banco Mundial no âmbito da implementação da EITI-STP. O pedido não</li> </ul>

	<p>se concretizou, mas, o governo mantém os seus esforços de mobilização de recursos financeiros e técnicos para esse efeito;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo de estabelecimento de parcerias preconizadas no Plano de Trabalho, durante o ano de 2016, apenas evoluiu em termos de contatos preliminares. As atividades inerentes a este objetivo foram transferidos para o ano seguinte.</li> </ul>
Alargamento de EITI para o sector das pescas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Workshop</i> sobre "Estudo de alargamento do perímetro da EITI para o sector das Pescas", a 25 de Agosto de 2016: Foi apresentado ao Comité Nacional e as instituições intervenientes na implementação da EITI, à sociedade civil e aos media o estudo preliminar que definiu os pressupostos de alargamento de EITI para o setor das pescas.</li> </ul>
3º Relatório de EITI 2015	<p>O 3º Relatório EITI referente ao ano fiscal de 2015, inicialmente planeado para ser publicado em dezembro, sujeitou-se a um atraso considerável. Tal se deveu às propostas de alteração aos TdR's iniciais pelo Comité Nacional para se atender a: (i) adaptação do relatório a reconciliação das receitas provenientes do sector de pescas, posteriormente desconsiderado pela decisão de candidatura do país a FiTI; (ii) exigências de aplicação do Standard de 2016 de EITI, acabado de entrar em vigor.</p> <p>O 3º Relatório EITI está concluído e aprovado para publicação em dezembro de 2017 sendo o prazo limite Janeiro de 2018.</p>

## 4

## Avaliação do desempenho em relação aos Requisitos da EITI

O MSG procedeu a avaliação da implementação da EITI em São Tomé e Príncipe nos termos do requisito 7.4 (a)(ii) do Padrão EITI 2016, tendo como base os sete requisitos da EITI como a seguir exposto:

Requisitos	Progresso
<p><b>Requisito 1</b></p> <p>Supervisão do <i>Multi-Stakeholder Group</i> (Comité Nacional)</p>	<p>O governo mantém o seu total empenho na implementação da EITI. O Comité Nacional é presidido pelo Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, entidade com autoridade e capacidade de coordenação das ações da EITI a nível das agências governamentais relevantes e de mobilização de fundos.</p> <p>O empenhamento do governo constata-se também através de declarações públicas de comprometimento com a implementação dos princípios e Normas da EITI como a proferida pelo Ministro das Finanças, Comércio e Economia</p>

	<p>Azul, em nome do Governo, na 7ª Conferência Global da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas realizada entre 23-25 de fevereiro de 2016.</p> <p>A inclusão de verbas no Orçamento Geral do Estado para o funcionamento da EITI é mais uma manifestação do comprometimento do Governo para com a EITI.</p> <p>Todas as instituições do governo relevantes têm demonstrado comprometimento com os princípios da EITI ao submeterem, com prontidão, informações solicitadas como por exemplo aquando da missão do Secretariado Internacional em São Tomé no âmbito do processo de validação.</p> <p>Tanto as companhias como a sociedade civil estão engajadas na implementação da EITI, não existindo obstáculos legais ou administrativos e políticos à sua participação.</p> <p>O engajamento das empresas petrolíferas tem sido notório. Durante o ano de 2016 revelaram-se sempre disponíveis para colaborar na disponibilização de informações que lhe foram solicitadas durante o processo de validação.</p> <p>Os membros da sociedade civil integrantes do Comité Nacional envolveram-se ativamente nas atividades de implementação da EITI STP em 2016 expressando livremente as suas ideias e opiniões.</p> <p>Todos os pilares da EITI-STP (governo, sociedade civil e empresas petrolíferas) estiveram devidamente representados nas 4 reuniões dos Comité Nacional convocadas em 2016.</p> <p>O papel, responsabilidades e direitos do MSG estão definidos nos Termos de Referência disponível no website da EITI STP. Entretanto, a luz das recomendações do 2º Relatório EITI e da Validação piloto, deu-se início ao processo de reformulação do MSG com a revisão dos respetivos TdR's a fim de garantir melhor representatividade e o envolvimento dos grupos de interesses mais amplos e a melhorar as regras e procedimentos de funcionamento interno do EITI-STP.</p> <p>Em 2016, o EITI STP foi implementado através de um Plano de Trabalho atualizado de acordo com os princípios da EITI, as prioridades nacionais e as recomendações dos relatórios EITI-STP e da validação piloto.</p>
<p><b>Requisito 2</b></p> <p>Quadro jurídico e institucional, incluindo a atribuição de contratos e licenças.</p>	<p>A descrição do quadro legal e do regime fiscal que regem o setor extrativo santomense tanto da ZEE com da ZDC foram reportados no último relatório EITI de 2014.</p> <p>O processo de atribuição de licenças, também, foi abordado no Relatório EITI 2014, encontrando-se, igualmente disponível no website da Agência Nacional do Petróleo (ANP-STP).</p> <p>O registo de licenças acontece ainda de forma incipiente no website da ANP-STP sendo necessário melhorias que estão a</p>

	<p>ser consideradas tanto pela EITI-STP como pela ANP-STP.</p> <p>O relatório reporta a disposição legal para a transparência dos contratos petrolíferos (Lei 16/2009 - Lei Quadro das Operações Petrolíferas) segundo a qual todos os contratos de Partilha de Produção da ZEE de STP são publicados no Gabinete de Registo de Informação Pública (GRIP).</p> <p>O processo de divulgação dos beneficiários reais teve o seu início em 2016. O Comité Nacional discutiu, aprovou e publicou o roteiro de divulgação beneficiários reais das empresas do sector extrativo em São Tomé e Príncipe conforme os princípios e Normas da EITI.</p> <p>Importa, no entanto, frisar que persistem as dificuldades na obtenção de dados da Zona de Desenvolvimento Conjunto Nigéria-STP (ZDC). A Autoridade Desenvolvimento Conjunto (ADC) tem colaborado e participado voluntariamente na recolha de dados. Contudo, os dados relativos às licenças da ZDC fornecidos por esta têm sido insuficientes. Perante esta situação, o MSG decidiu solicitar ao Conselho de Administração da EITI o benefício do regime de implementação adaptada para os futuros relatórios, tendo sido aceite a 16 de Março de 2016.</p>
<p><b>Requisito 3</b></p> <p>Exploração e produção</p>	<p>São Tomé e Príncipe ainda não é país produtor de petróleo, encontrando-se ainda no período de pesquisa.</p> <p>As atividades de pesquisa da Zona Económica Exclusiva (ZEE) foram abordadas exaustivamente no último relatório EITI.</p> <p>Porém, conforme mencionado acima, as dificuldades na obtenção de informações da ZDC é extensível às atividades de exploração em curso nesta zona.</p>
<p><b>Requisito 4</b></p> <p>Cobrança de receita</p>	<p>O Relatório EITI reporta e explica claramente os fluxos de receitas resultantes das atividades petrolíferas.</p> <p>O Comité Nacional determinou que todos os pagamentos eram materiais considerando a existência de poucos fluxos financeiros em 2014. Igualmente, identificou de forma inequívoca as empresas e agências governamentais com pagamentos e recebimentos materiais respetivamente.</p> <p>Tendo em conta o período de exploração em que se encontra o setor extrativo santomense, o Comité Nacional considerou não aplicável “pagamentos em género”, “transação de infraestruturas e permutas”; “receitas de transporte”, “transações entre empresas estatais e governo” e “pagamentos diretos subnacionais”.</p> <p>O apuramento do nível de desagregação foi considerado irrelevante tendo em conta o reduzido número de empresas e entidades que reportam informações e dados.</p> <p>Os relatórios têm sido publicados dentro do prazo conforme o requisito 4.8 b) e contêm informações contextuais para</p>

	<p>além do período coberto.</p> <p>O processo de elaboração dos relatórios de EITI tem respeitado as normas internacionais exigidas tanto pelo financiador como pelos princípios e requisitos da EITI. A contratação do Administrador Independente obedece aos procedimentos das entidades financiadoras e os <i>templates</i> para obtenção das informações foram devidamente assinados pelos responsáveis máximos das empresas petrolíferas.</p> <p>Os relatórios foram produzidos por uma empresa de credibilidade internacional.</p>
<p><b>Requisito 5</b></p> <p>Alocações de receita</p>	<p>O último relatório EITI reporta claramente o mecanismo de alocação de receitas conforme estipulado na Lei das Receitas do Petróleo. As receitas do petróleo foram depositadas diretamente na Conta Nacional do Petróleo (CNP). De acordo com a lei mencionada, foram efetuadas transferências anuais de 20% do saldo da CNP no dia 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior para o Orçamento Geral do Estado. Esta verba é dividida em 7% para a Região Autónoma do Príncipe e 10% para as autarquias locais, no seu conjunto.</p>
<p><b>Requisito 6</b></p> <p>Despesas sociais e económicas</p>	<p>As despesas sociais ocorridas em São Tomé e Príncipe referentes a ZEE são contratualmente obrigatórias, tendo sido divulgadas no último relatório EITI de 2014 detalhadamente e por companhia.</p> <p>Quanto a ZDC, foi reportado inexistência de despesas sociais..</p>
<p><b>Requisito 7</b></p> <p>Resultados e impacto</p>	<p>A implementação de EITI em São Tomé e Príncipe continua se revelando de capital importância para atração de investidores credíveis. Igualmente, permanece na população santomense a consciência da necessidade de promoção da transparência e prestação de contas.</p> <p>O anúncio do resultado da validação teve importante impacto a nível das instituições governamentais, empresas e sociedade civil.</p> <p>A empresas que operam no país têm encetado contacto permanente com EITI-STP para informação e discussão sobre implementação dos projetos sociais.</p> <p>Há claramente um ambiente mais atrativo a empresas credíveis do sector extrativo.</p>

## Visão geral das respostas do MSG às recomendações da reconciliação 2014 e Validação Piloto 2015

De acordo com o requisito 7.4 (a)(iii) do Padrão EITI 2016, o MSG expõe na tabela abaixo a atuação de STP sobre as recomendações do 2º Relatório EITI 2014 e da Validação Piloto de 2015, assim como o nível de progresso na implementação das mesmas.

Recomendações das Reconciliações (2º Relatório EITI 2014)	
Recomendações	Progresso
1. Revisão da estratégia e enquadramento do sector petrolífero em São Tomé e Príncipe	<p>Esta recomendação envolve um conjunto de ações que requerem mobilização de fundos externos.</p> <p>Nesse sentido, o governo de São Tomé e Príncipe formulou, oficialmente, em 2015, o pedido de assistência técnica e financeira ao Banco Mundial no âmbito da implementação da EITI-STP, não tendo recebido resposta. No entanto, mantém os seus esforços de mobilização de recursos financeiros e técnicos.</p>
2. Implementação mais efetiva do plano de comunicação e disseminação da EITI	<p>A estratégia de comunicação de EITI-STP continua atual e em vigor, sendo que o Secretariado Permanente tem trabalhado no sentido de sua adaptação aos recursos materiais e humanos ao dispor.</p> <p>O recurso aos meios de comunicação tecnológicos acessíveis como a web e redes sociais tem sido recorrente nas ações de comunicação.</p>
3. Controlo das participações estatais nas empresas	<p>Os termos da participação do Estado estão claramente definidos no Contrato de Partilha de Produção (CPP). O Estado de STP tem direito participação mínima de 10% nos blocos da ZEE financiada ao longo do período de pesquisa pelas empresas petrolíferas. A participação financiada do Estado pode ser convertida, a qualquer momento, numa participação com pagamento.</p> <p>Tendo em conta que STP se encontra ainda no período de pesquisa, a participação do Estado não tem gerado nenhuma receita ou despesas e, por enquanto, têm sido monitorizadas pela Agência Nacional do Petróleo.</p>
4. Reuniões regulares entre as instituições envolvidas no sector petrolífero	<p>O Comité Nacional não considerou esta recomendação em 2016 tendo protelado para o ano seguinte. Este facto se deveu a privilégio atribuído a reformulação do Comité em primeiro lugar, relegando para posterior o estabelecimento com as novas instituições de uma relação mais produtiva.</p>
5. Implementação de	<p>O mecanismo de implementação e execução de projetos</p>

<p>medidas que visem o acelerar da implementação e execução dos projetos sociais</p>	<p>sociais estabelecido no quadro dos Contratos de Partilha de Produção tem registado progressos.</p> <p>A monitorização da execução dos projetos sociais evoluiu com a criação de comités de seguimento constituídos por representantes da ANP-STP, entidade estatal beneficiária, empresa petrolífera financiadora, Ministério das Finanças e Tribunal de contas. Poderão ainda fazer parte outras entidades que se considere pertinentes para o projeto social em causa.</p> <p>A equipa de monitorização tem a responsabilidade de participar em todas as etapas do processo de adjudicação e implementação dos projetos sociais, tendo a ANP-STP, ainda, a seu cargo a tarefa de verificar os pagamentos efetuados pelas empresas petrolíferas através da inspeção e auditorias aos livros e contas das empresas petrolíferas.</p>
<p>6. Cumprimento da Declaração Conjunta de Abuja sobre a transparência e boa governação na Zona de Desenvolvimento Conjunto</p>	<p>Face as dificuldades na obtenção de informações e dados da Zona de Desenvolvimento Conjunto conforme exigido tanto pela Norma EITI 2016 e como pela Declaração de Abuja sobre a transparência na ZDC, o Governo de STP solicitou, em outubro de 2015, ao Conselho de Administração da EITI implementação adaptada.</p> <p>O Conselho da Administração da EITI respondeu favoravelmente, em março de 2016, exigindo que o Governo e a EITI-STP prossiga com os esforços para assegurar a divulgação completa de informações referentes a ZDC exigidas pelas Normas EITI 2016.</p> <p>Por outro lado, a EITI-STP encetou diligências a fim de reativar o Subcomité Nigéria STP cuja missão é de estabelecer contactos e produzir decisões que permitam recolha de informações e dados necessários para produção dos relatórios de EITI na ZDC.</p>
<p>7. Governo deverá pôr em prática medidas de conformidade</p>	<p>O Governo e o Comité Nacional ainda não tiveram oportunidade de considerar esta recomendação.</p> <p>As inúmeras prioridades decorrentes de uma situação de fragilidade socioeconómica do país não têm permitido uma conjugação célere de esforços neste sentido. É importante frisar que medidas governamentais de carácter estruturante requerem tempo.</p>
<p>8. Desenvolvimento de programas de formação</p>	<p>O Comité Nacional procedeu ao levantamento e identificação das necessidades de formação específicas de cada uma das entidades governamentais envolvidas no setor petrolífero.</p> <p>A Agência Nacional do Petróleo continua a reforçar a capacidade técnica dos seus quadros. Nas restantes agências governamentais envolvidas apesar da consciência da importância da formação específica nesta área, ainda não foram concretizadas ações. O mesmo se aplica ao</p>

	<p>Comité Nacional que deverá beneficiar de mais capacitação.</p> <p>Os constrangimentos ao seguimento desta recomendação são sobretudo de natureza financeira.</p>
9. Publicação de estatísticas e factos sobre a indústria extrativa	<p>Esta recomendação ainda não foi considerada pelo Comité Nacional. Os novos desenvolvimentos remetem a publicação de tais informações para a implementação do <i>mainstreaming</i> e da prática de dados abertos.</p> <p>Assim, a publicação de factos sobre o setor petrolífero continua a ser praticada pela ANP-STP e o GRIP conforme exigido nos respetivos estatutos, carecendo, no entanto, de melhorias.</p>
10. Fiabilidade da informação	<p>O incremento da fiabilidade das informações disponibilizadas pelas entidades envolvidas mediante adoção de normas e standards internacionais de auditorias alinhadas com as melhores práticas da indústria petrolífera ainda não foram considerados pelo Comité Nacional.</p>
<b>Validação Piloto 2015</b>	
11. Reforço do papel e funcionamento do Comité Nacional	<p>O Comité Nacional deu os primeiros passos no sentido de reforçar o seu papel e funcionamento.</p> <p>Iniciou a reformulação do Comité Nacional com a revisão dos respetivos TdR's a fim de garantir melhor representatividade e envolvimento dos grupos de interesse mais amplos, assim como melhorar as regras e procedimentos de funcionamento interno do EITI-STP.</p>
12. Plano de Trabalho com melhor integração das prioridades nacionais para o setor extrativo, recomendações dos relatórios EITI e da validação	<p>Plano de Trabalho de 2016 foi atualizado de acordo com os princípios da EITI, as prioridades nacionais, as recomendações dos relatórios EITI-STP e da validação piloto, e as preocupações do Comité Nacional.</p>
13. Integração da EITI STP no sistema de governação ( <i>mainstream EITI -STP disclosure</i> ) com vista a manter uma divulgação atempada, abrangente e confiável e garantir a sustentabilidade da Iniciativa	<p>O Comité Nacional não considerou durante 2016 esta recomendação, tendo sido transferida para o ano seguinte.</p> <p>O processo <i>mainstreaming</i> faz parte dos principais propósitos de EITI-STP, sendo que os próximos planos de trabalho conterão atividades tendentes a concretizar estes objetivos, como já anteriormente referido.</p>

14. Divulgação dos beneficiários reais das empresas petrolíferas

De acordo com as Normas da EITI 2016, o Comité Nacional produziu e publicou o roteiro de implementação da divulgação dos beneficiários reais de todas as empresas extrativas que operem ou invistam em STP.

## 6

### Os pontos fortes ou fracos específicos identificados no processo da EITI

O MSG considera que a implementação da EITI em São Tomé e Príncipe gerou alguns benefícios importantes, não deixando de reconhecer que persistem desafios consideráveis.

Resumidamente, podemos considerar:

#### 6.1. Pontos Fortes

1. Os princípios da transparência estão inseridos no quadro jurídico nacional para o sector petrolífero;
2. EITI-STP é considerada um instrumento de reforço da transparência e prestação de contas na governação em São Tomé e Príncipe;
3. Não existem barreiras políticas, ou de outra natureza, para a participação da sociedade civil santomense no processo de implementação da Iniciativa.

#### 6.2. Pontos Fracos

1. Fraca capacidade da sociedade civil para cumprir plenamente a sua missão de controlo, persuasão e de mobilização da opinião pública;
2. Baixa expectativa no sector petrolífero repercute-se negativamente no interesse e engajamento do público em geral com questões relacionadas com a EITI e a indústria petrolífera;
3. Mantém-se a escassez de recursos humanos e financeiros para funcionamento pleno do Secretariado Permanente, afetando negativamente na qualidade dos trabalhos do Comité Nacional, inclusive dificultando o cumprimento de prazos exigidos pela EITI;
4. A implementação da EITI depende a quase 100% de fundos externos;
5. Dificuldade no acesso às informações da Zona de Desenvolvimento Conjunto como previsto e de acordo com a Declaração de Abuja.

Apesar de identificada a superioridade numérica de pontos fracos em relação aos fortes, para o qual contribuíram muitos constrangimentos já referidos, há uma clara avaliação positiva do processo de implementação de EITI em São Tomé e Príncipe. Sinal de que os objetivos definidos pelo país com a adesão estão a ser atingidos enquanto se revelam de importância crescente.

Durante o ano de 2016, a ITIE-STP contou para o financiamento do seu plano de trabalho com os seguintes financiamentos:

### 7.1. Governo de São Tomé e Príncipe

O Governo, através do Orçamento Geral de Estado tem dedicado uma verba para funcionamento de EITI-STP. Este valor é disponibilizado através da Direção Administrativa e Financeira do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul e destina-se a cobrir despesas operacionais de funcionamento do Secretariado Permanente.

### 7.2. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

No âmbito do Projeto de Apoio a Gestão Económica e Financeira (PAGEF), EITI-STP recebeu apoio financeiro para realização de estudos, elaboração de relatórios de EITI e participação do Secretário Permanente em reuniões do Conselho de Administração de EITI e apoio a participação do secretariado em workshops de formação.

### 7.3. Governo de Timor-Leste

Importante parceiro de EITI-STP, o Governo de Timor-Leste tem, ao abrigo do Memorandum de Entendimento entre São Tomé e Príncipe e Timor-Leste para o sector dos recursos naturais, apoiou durante 2016 a EITI-STP com financiamento de recursos humanos para o Secretariado Permanente.

Os detalhes das despesas no quadro abaixo:

<b>Governo de São Tomé e Príncipe</b> Orçamento Geral de Estado (OGE)	Atividade	Despesas (EUR)
	Funcionamento do Secretariado Permanente	11.404,30
	<b>Total das despesas</b>	<b>11.404,30</b>

<b>Banco Africano de Desenvolvimento</b> Projeto de Apoio a Gestão Económica e Financeira (PAGEF)	Atividade	Despesas Total (EUR)
	Apoio ao funcionamento do Secretariado Permanente	31.881,70
	Participação em reuniões do Conselho de Administração de EITI	19.200,00
	Equipamentos	10.940,00
	Formação do Comité Nacional	2.043,27
	Estudo preliminar de alargamento do perímetro de EITI para as pescas	38.098,43
	<b>Total das despesas</b>	<b>51.081,70</b>

Governo de TIMOR-LESTE Memorandum de Entendimento TL-STP	Atividade	Despesas (EUR)
	Recursos humanos	9.453,00
	Total das despesas	9.453,00

Total de todas as despesas	EUR 71.939,00 STD 1.805.307.330,00
----------------------------	---------------------------------------

\* Taxa de câmbio 1 EUR = 24.5 STD

\*\* STD (Dobra): moeda nacional

8

## Detalhes da associação do grupo composto pelas diversas partes envolvidas durante o período

Durante o ano de 2016, fizeram parte do Comité Nacional de EITI representantes das seguintes organizações:

### Governo:

- Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul (Presidente)
- Direção do Tesouro
- Agência Nacional do Petróleo
- Governo Regional do Príncipe

### Organizações de sociedade civil:

- ONG Webeto
- Federação das ONG's de São Tomé e Príncipe (FONG-STP)
- Associação Santomense de Mulheres Juristas

### Sector das indústrias:

- Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços

### Empresas:

- Oranto Petroleum

### Media:

- Rádio Nacional

O presente relatório foi aprovado pela Reunião do Comité Nacional, 28 de Setembro de 2017.



Ministério  
das Finanças,  
Comércio e  
Economia Azul



Secretariado Permanente  
Edifício das Alfândegas  
São Tomé, São Tomé e Príncipe  
T: +239 2223119  
E: [secretariado@eiti.st](mailto:secretariado@eiti.st)

